

POLÍTICA

Ass. Constituinte

Constituinte: o difícil entendimento.

O substitutivo Bierrenbach irritou todos os partidos, pois não respeitou o acordo feito. Sua rejeição foi adiada para amanhã, quando já deverá haver outro relatório em lugar do seu.

A indignação dos parlamentares foi geral ontem na comissão mista do Congresso que examina a emenda Sarney, de convocação da Constituinte, tão logo o relator Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) começou a apresentar seu voto e seu substitutivo ao projeto original. Seu parecer e seu substitutivo só não foram rejeitados no ato graças a um pedido de vista coletivo, que adiou o assunto até amanhã, para que as lideranças tivessem tempo de encontrar outra saída.

A noite, o líder peemedebista Pimenta da Veiga informou que há quatro pontos básicos para o novo substitutivo, que será apresentado amanhã por um novo relator, para que não haja adiamentos no plenário e o projeto possa entrar em votação final semana que vem.

Os quatro pontos básicos são: eleições para a Constituinte em 15 de novembro de 86, prazo de desincompatibilização de dez meses para ocupantes de cargos executivos que queiram ser candidatos, a criação de uma Grande Comissão para atuar como legislativo ordinário e a ampliação da anistia aos militares.

O substitutivo de Flávio Bierrenbach provocou evidente mal-estar nos integrantes da comissão mista, pois se afastou do pré-acordo de lideranças e acabou encampando teses polêmicas — como a da OAB, de Constituinte exclusiva, realização de plebiscito, referendo popular para os itens rejeitados pela Constituinte que conseguirem dois quintos dos votos de seu plenário.

"Doidos"

Mal começou a ler o substitutivo, o deputado Flávio Bierrenbach foi duramente criticado pelos integrantes da comissão, a ponto de o senador Aderbal Jurema ter declarado, textualmente, que o Congresso tem "numerosos doidos com aparência de normalidade". O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, não ficou atrás e acusou o parlamentar de ter encaminhado um documento "demagógico, eleitoreiro e panfletário". O líder frentista na Câmara, José Lourenço, antecipou a decisão da Aliança Democrática de não aceitar o substitutivo. Já o senador Marcondes Gadelha foi taxativo: "Isso não é um substitutivo, é um manifesto".

Apenas o vice-líder do PT, deputado José Genofino, que não integra a comissão mista, apoiou as teses defendidas pelo relator, batendo-se pelo cumprimento do Regimento Interno para que fosse observado o prazo de cinco dias para o pedido de vista, quando as lideranças da Aliança Democrática queriam reduzi-lo para 24 horas. Acabou prevalecendo o argumento do líder Pimenta da Veiga, de que se a matéria não fosse examinada nesta semana, não poderia ser na próxima, correndo o risco de ser votada depois das eleições de 15 de novembro, e foi marcada nova reunião da comissão para amanhã.

Substitutivo

Serenamente, em meio ao burburinho da comissão, com os seus integrantes profirindo críticas e ironias, o deputado Flávio Bierrenbach leu a íntegra do seu substitutivo e a sua justificativa. De acordo com o voto do parlamentar

peemedebista, no dia 2 de março do próximo ano será realizada consulta plebiscitária para saber se a Constituinte deve ou não ser exclusiva. Pelo substitutivo, os integrantes da futura Assembléia serão eleitos no dia 7 de setembro, indicados pelos partidos políticos, observado o sistema proporcional. Apenas os governadores serão eleitos a 15 de novembro.

Cada Estado elegerá constituintes proporcionalmente ao seu eleitorado, de modo que nenhum terá menos de oito ou mais de 80 representantes. A participação na Constituinte dos 23 senadores eleitos em 82 fica condicionada a plebiscito a ser realizado no dia 2 de março. Caso a manifestação popular indique opção pela Constituinte congressual, os futuros deputa-

dos e senadores serão eleitos da mesma forma e data anteriormente especificadas.

A Constituinte será instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, que dirigirá a sessão de eleição do seu presidente, o qual será o substituto constitucional do presidente da República. As emendas rejeitadas pela Constituinte, mas que tenham recebido o voto favorável de no mínimo dois quintos dos seus integrantes, serão submetidas a referendo popular. O substitutivo estende ainda aos constituintes a mesma inviolabilidade e subsídios dos congressistas, dispondo que as imunidades referentes à inviolabilidade pessoal são extensivas ao suplente imediato do constituinte em exercício.

O substitutivo Bierrenbach fi-

xa 31 de dezembro como o último prazo para desincompatibilização dos ocupantes de cargos do Executivo que pretendem concorrer à Constituinte e institui uma Comissão representativa — proposta defendida pelo deputado Ulysses Guimarães — para legislar ordinariamente enquanto funcionar a Constituinte. Limita a iniciativa dos projetos de lei ordinária ao presidente da República e aos tribunais com jurisdição em todo o País, nos casos de urgência e extrema necessidade, devidamente justificados, a critério da Comissão Representativa, e a um terço dos seus integrantes.

Revoga ainda parte do entulho autoritário, mais especificamente os artigos 154, 155, 158, 159 e 181 da Constituição, o parágrafo 5º do arti-

go 32 e a alínea "j" do inciso I, do artigo 119 da Carta. Revoga as medidas de emergência e modifica o artigo que trata do estado de sítio, abolindo os fatores de subversão como motivos para decretá-lo, reduz o seu tempo de duração e o prazo para que a medida seja submetida ao Congresso.

O substitutivo do deputado paulista amplia a anistia aos militares e civis por ela não alcançados em 79, concedendo promoções a que teriam direito, pelo princípio da antiguidade, como se estivessem em serviço ativo, e o reajuste dos proventos correspondentes às promoções. Especifica, porém, que a ampliação dos benefícios não gera direito à reintegração no serviço ativo dos punidos, o que dependerá do critério exclusivo da administração pública. Dispõe ainda que não haverá pagamento de indenizações, ressarcimentos, restituições ou atrasados de qualquer natureza, excluindo da medida os civis e militares que já se encontravam aposentados, na reserva, ou reformados. Nesse ponto, o deputado foi aplaudido pelos representantes do Comitê pela Ampliação da Anistia.

Anistia

Essa questão da anistia aos militares cassados, aliás, foi discutida em almoço de mais de três horas, no Ministério da Marinha, de que participaram os ministros das três Armas, o chefe do EMFA, do SNI e do Gabinete Militar. Nesse almoço, chegaram ao consenso de que é inadmissível a reintegração dos cassados ao serviço ativo e o pagamento de soldos dos últimos 20 anos. No máximo, as Forças Armadas aceitarão a promoção, na reserva, de uns poucos cassados com habilitação, e assim mesmo sem direito a reembolso dos atrasados.

Eles manifestaram ainda a certeza e a confiança de que o Congresso não aprovará a subemenda Uequed; da anistia. "Quem raciocina e tem como objetivo o bem desta nação vai ficar vulnerável à nossa argumentação, pois nossos pontos de vista são ponderados e respeitáveis" — afirmou o ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército.

Mais tarde, segundo informações levadas pelo SNI ao presidente Sarney, a insistência em incluir a subemenda da anistia na convocação da Constituinte poderá gerar uma grave crise institucional. "O Exército não aceita negociar a emenda" — avisou um funcionário saído do gabinete presidencial.



Bierrenbach: impassível diante das críticas.



A preocupação dos líderes, em busca de novo acordo.

Reação no Congresso: "escárnio", "louco". Até Sarney se irritou.

O presidente José Sarney ficou "profundamente irritado" com o parecer do deputado Flávio Bierrenbach (PMDB/SP) à proposta de convocação da Constituinte e "está aguardando explicações do líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, sobre a escolha do parlamentar para relator da emenda". A informação é de deputados do PFL que estiveram ontem com o presidente da República. Eles acrescentaram que o presidente Sarney espera uma "ação ágil" das lideranças da Aliança Democrática, para que a matéria seja votada na forma original apresentada pelo Executivo.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, disse que o seu partido aceita que o substitutivo a ser apresentado amanhã ao parecer de Bierrenbach seja elaborado por outro peemedebista, mas advertiu que a escolha não poderá recair sobre "alguém do partido do governo, mas que é contra o governo, como demonstrou Flávio Bierrenbach".

Também Ulysses Guimarães queixou-se de Bierrenbach, dizendo que o substitutivo que o deputado preparou "não representa o pensamento do partido". Contrariado, disse que iria ver como poderia "acomodar as coisas" e tentar salvar a parte do substitutivo que trata da anistia aos militares, a única que considerou possível aproveitar.

Para o deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), secretário-geral do partido, Flávio Bierrenbach confundiu sua nomeação pelo líder com uma eleição em plenário.

Escárnio

Um dos mais revoltados era o líder petebista Gastone Righi, que foi à tribuna registrar seu protesto contra o substitutivo de Bierrenbach.

— O mínimo que se pode dizer desse substitutivo, sr. presidente — disse, dirigindo-se diretamente a Ulysses Guimarães — é que é demagógico e afrontoso ao que tinha ficado estabelecido em sua casa, na reunião das lideranças. Esse substitutivo é um escárnio, uma mistura, uma salada como jamais se assistiu neste Congresso e seguramente será derrotado.

Lembrou que na casa de Ulysses ficara acertado que a proposta se restringiria ao essencial, que é a

convocação da Constituinte, ficando tudo o mais a cargo desta.

No Senado, o líder em exercício do PMDB, Hélio Gueiros (PA) estranhou o fato de Bierrenbach ter conseguido exprimir o consenso no caso da anistia e, no restante, "ter feito tanta confusão, embaraçando tudo".

Eleito em 1982, como 22 outros senadores, Hélio Gueiros, com o apoio do senador paulista Severo Gomes, também estranhou a proposta do relator de referendo popular para incluir na Constituinte o terço do Senado com mandato até janeiro de 1990. Além desse referendo, Bierrenbach propôs a limitação da atuação de cada um como legisladores ordinários. "Se é para integrar apenas a comissão legislativa, para que o referendo?" — perguntou o líder.

O senador Gueiros não acreditou

na aprovação da proposta do relator, de transformar o presidente da Assembléia Constituinte em substituto natural do presidente da República. Para um dirigente do PDS, "Bierrenbach fez a sugestão para atender aos desejos de Ulysses Guimarães — que seria candidato a presidente da Assembléia Constituinte e continuaria como o substituto de Sarney".

A liderança do governo no senado discorda, também, da revogação de artigos da Constituição que tratam do estado de emergência e de medidas de emergência. "São questões para a Constituinte resolver. Caso contrário, o que fariam os constituintes?" — indagou Hélio Gueiros.

Outros parlamentares contestaram a data sugerida pelo relator para a eleição da Constituinte — 7 de setembro. "É o desfile militar

do dia da Independência, como ficaria? O Sarney perderia a parada para ir votar em São Luís?" — indagaram vários pedestistas.

Nas bancadas do PMDB e do PFL no senado surgiram restrições também à proposta das reuniões pelas câmaras municipais, para o debate da Constituinte, com direito a horário gratuito em emissoras de rádio.

Panfleto

O senador Carlos Chiarelli classificou de "surpreendente, bastante casuístico e semelhante a manifesto ideológico", o parecer de Flávio Bierrenbach. Ele acrescentou que o texto do relatório "às vezes chega às raízes do panfleto".

Carlos Chiarelli ressaltou que o parecer do peemedebista, "por ser uma alternativa não esperada pelo Congresso, acabou tendo como reação uma coesão maior em

torno da proposta original do presidente Sarney".

O presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen, afirmou que a proposta de Constituinte pura, apresentada por Flávio Bierrenbach, por inspiração da OAB, "nasce do elitismo de quem não tem voto". A proposta de convocação da Constituinte do presidente Sarney, na opinião de Jorge Bornhausen, "por ser mais simples e objetiva", é que deve merecer a aprovação do Congresso.

Bornhausen, que esteve no Palácio da Alvorada ontem, almoçando com José Sarney, recebeu um apelo do presidente para que se empenhe pela aprovação do projeto original. O senador não acredita que qualquer das subemendas ao projeto do governo seja aprovada.

"O relator foi, no mínimo, irresponsável", desabafou o líder do

PFL José Lourenço (BA). Ele afirmou que o primeiro erro foi a liderança do PMDB indicar Bierrenbach para integrar a comissão mista. O segundo e mais grave foi sua indicação para a função de relator. "Se fosse meu liderado, teria sido afastado da função na sua primeira entrevista à imprensa" — disse o líder do PFL.

Lourenço acrescentou que o deputado Bierrenbach nunca demonstrou entrosamento "com o espírito da Aliança Democrática", lembrando que só no último momento sua resistência foi quebrada, aceitando votar na chapa Tancredo-Sarney no Colégio Eleitoral.

No PDS, os líderes Prisco Viana e o secretário-geral Virgílio Távora condenaram o parecer de Bierrenbach por não respeitar nem mesmo a realidade.

— Ele representa um Estado rico, e dentro dele a cidade mais rica. Não tem a menor idéia do que representa promover sucessivas eleições no território nacional. Talvez lhe fosse conveniente consultar seus correligionários do Centro, Norte e Nordeste do País para ver se é ao menos exequível sua tese — apontou Távora.

Bierrenbach se defende. E Pimenta tenta se justificar.

"Não mudarei nada do meu substitutivo, salvo algumas virgulas" — disse, no final da tarde, o relator da emenda Sarney, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), sem estranhar as reações de setores de todas as bancadas — salvo do PT — ao seu parecer à proposta de convocação da Assembléia Constituinte.

Ele também respondeu no ato a um ataque do líder do PTB, Gastone Righi, que asperamente o classificou de "louco".

— De loucura o Gastone não entende nada. Ele é amigo do Jânio.

Flávio Bierrenbach contestou muitas críticas, principalmente a de que não teria correspondido ao acordo feito entre Ulysses e as lideranças, durante reunião na residência oficial do presidente da Câmara. "Se quiserem aprovar a emenda Sarney, isso será possível. Basta suprimirem os três primeiros artigos do substitutivo e alguns parágrafos" — esclareceu o relator.

Bierrenbach afirmou, também, que se a liderança da Aliança Democrática obstruir a obtenção de quórum para formalizar seu substitutivo, ele mesmo começará a recolher assinaturas, depois de expirado o prazo na comissão mista — 8 de novembro. Para ser formalizado, o substitutivo terá de ter o apoio de

pelo menos 160 deputados e 25 senadores — um terço de cada Casa. Para o plenário não há prazo fixado para a emenda ser votada.

Se rejeitado na comissão mista o substitutivo Bierrenbach, o presidente Helvídio Nunes indicará o que o regimento chama de "relator do vencido", para emitir novo parecer.

A liderança do PMDB pretendia indicar o vice-líder Luiz Henrique (SC), mas a liderança do PFL não o aceitaria, por não ver diferença entre esse deputado e Flávio Bierrenbach. Outros nomes cogitados: João Gilberto (PMDB-RS) e João Agripino (PMDB-PB).

Explicações

Muito mais justificativas e explicações teve de dar o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, responsável pela escolha de Bierrenbach para relatar a matéria. Vários políticos lembravam que ninguém pode alegar desconhecimento das posições de Bierrenbach, que nunca escondeu de ninguém o seu pensamento. Em algumas entrevistas, Bierrenbach chegou a dizer que era "relator do Congresso e não do governo".

— Achei que o relator apresentaria problemas previamente, que poderiam ser superados antes da futura do parecer. Mas ele apresentou

problema antes e durante — afirmou Pimenta da Veiga, sem esconder sua decepção com o trabalho do relator e sua "falta de consideração".

Pimenta lembrou que Bierrenbach deixou de comparecer a um encontro com Ulysses Guimarães, no último fim de semana, em São Paulo, preferindo permanecer em Brasília elaborando um substitutivo que a liderança classificou de "mera mente pessoal, à revelia do PMDB".